

O ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS E A HISTÓRIA PÚBLICA

KAUANE DOS SANTOS BRISOLARA¹; LORENA ALMEIDA GILL²

¹*Universidade Federal De Pelotas – kauanebrisolara@gmail.com*

²*Universidade Federal De Pelotas – gill@ufpel.edu.br*

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Documentação Histórica foi criado no ano de 1990¹, pela professora Beatriz Ana Loner com o objetivo de organizar e preservar os documentos da própria Universidade. Ao longo do tempo se tornou um importante agente na salvaguarda de documentos, possuindo acervos bastante diversificados, como, por exemplo, documentos de movimentos estudantis, de movimentos políticos/partidários e sindicais, jornais e revistas. Além disso, está inserido em diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, os quais dialogam tanto com o currículo do curso de Licenciatura em História como do Bacharelado. Cabe destacar a existência de alguns outros espaços dentro do NDH como o Laboratório de História Oral e o Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino em Entretenimento e Mídias (LIPREM), os quais promovem vários estudos que são divulgados em diversos periódicos, como o existente junto ao próprio NDH, a História em Revista. Há, também, livros como o Dicionário de História de Pelotas², o qual já teve três edições, sendo que a última conta, atualmente, com mais de 140 mil downloads.

Além destes, é de extrema relevância destacar o acervo da Delegacia Regional do Trabalho, que possui mais de 600 mil fichas profissionalizantes e o arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas, que possui mais de 93 mil processos trabalhistas. O NDH, através da salvaguarda dos documentos, contribui de modo fundamental para pesquisas em diversas áreas, como Ciências Humanas, Ciências Sociais, Educação, Direitos, dentre outras. Cabe ressaltar a grande importância destes documentos para o entendimento da História de Pelotas, como também para a história dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade.

O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas, tema que será aqui apresentado, foi incorporado à UFPel a partir de 2005 e os mais de 93 mil processos abrangem o período de 1936 a 1998. Estes documentos envolvem questões e conflitos trabalhistas entre funcionários e empregadores, na maioria das vezes. A partir destes, é possível compreender as contendas presentes no ambiente de trabalho, as relações de gênero, as condições de trabalho, as questões econômicas e suas transformações no mercado de trabalho, a saúde do trabalhador e da trabalhadora e, até mesmo, as redes de solidariedade entre colegas de serviços criadas para enfrentar um cotidiano de adversidades (KOSCHIER, 2019).

Conservar, preservar e torná-los acessíveis é contribuir para o direito à memória e a preservação da história social, como também, com a história pública. Segundo Almeida e Rovai, a História Pública se transforma num modo de valorização do passado para além dos “muros” acadêmicos, democratizando o acesso à história (2011, p.7).

¹Para saber mais sobre o NDH ver GILL e LONER (2014).

²Para acessar o Dicionário de História de Pelotas ver: <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3735> Acesso em 10 de setembro de 2023.

2. METODOLOGIA

O acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas está organizado a partir da vara onde foi julgado, o lote, o ano e o número do processo. Atualmente o NDH conta com um projeto de digitalização do acervo para uma melhor preservação e conservação documental e disseminação/acessibilidade. O modo de digitalização, inicialmente, foi pensado a partir de empresas e três delas foram escolhidas: Casa Verde, Cotada e Conservas Mello, todas do ramo alimentício. Foi disponibilizado uma planilha no Excel com informações referentes aos principais dados dos processos para serem encontrados no acervo. Logo após a localização do processo dentro do acervo, este mesmo era higienizado e digitalizado e devolvido às prateleiras.

A digitalização dos processos trabalhistas é fundamental, pois facilita a divulgação e o acesso ao material, tanto para fins pessoais, como necessidade de prova, para comprovação de tempo de serviço para aposentadoria, adicional de insalubridade, ou dupla cidadania, como, também, para fins de pesquisas, podendo abranger áreas bastante diversificadas, como a História, as Ciências Sociais e o Direito.

A divulgação desses documentos é importante, pois facilita o acesso da comunidade de modo geral, como também, da comunidade acadêmica que pretende estudar o mundo dos trabalhadores e trabalhadoras. O NDH possui um site e redes sociais, e participa de modo muito ativo, divulgando materiais sempre que possível. O site conta com as próprias publicações do NDH, produzidas por seus colaboradores e bolsistas, como livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, além de notícias sobre os projetos desenvolvidos em seus diferentes espaços de ensino, pesquisa e extensão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A documentação produzida no Brasil Contemporâneo é a mais ameaçada, principalmente quando se trata de documentos que contam a “história dos de baixo”. Há décadas circulam nas esferas legislativas do país, projetos de leis sobre eliminação de documentos, como a Lei número 7.627, de 1987, que permite a eliminação dos chamados autos findos de órgãos da Justiça do Trabalho. Passados poucos anos, em 1991, com a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), foi assegurado a guarda permanente de documentos considerados importantes para fins de prova, informação e pesquisa. Já em 2012 foi aprovado no Congresso Nacional a Lei nº 8.159, que autorizava a eliminação dos documentos após a sua digitalização, entretanto, a mesma foi vetada pela Presidente da República Dilma Rousseff, seguindo os protocolos técnicos da CONARQ. Em 2019, a Medida Provisória nº881 autorizou a destruição do documento original após a digitalização, na rede privada, criando um ambiente instável e inseguro para a esfera pública (VENÂNCIO, 2021).

Conservar e preservar os documentos do acervo da Justiça do Trabalho de Pelotas por meio da digitalização é de grande importância, pois facilita o acesso a este tipo de documentação, que contam sobre as lutas de trabalhadores e trabalhadoras por direitos. Os documentos permitem verificar várias nuances da vida do trabalhador, como classe, gênero e raça, pensando nos atravessamentos decorrentes destes marcadores sociais.

É dentro deste contexto que o NDH tem atuado para implementar políticas para democratizar o acesso ao passado, como um direito à memória. Não basta que uma Universidade Pública pesquise. É necessário que o conhecimento obtido possa ser facilmente acessado por quem tem interesse.

Atualmente, nosso projeto de digitalização possui mais de 1600 processos digitalizados. As principais empresas demandadas são o Frigorífico Anglo, Conservas Casa Verde, Companhia de Fiação e Tecidos, Cotada, Conservas Mello, Conservas Almeida e Cosulã. No caso de algumas empresas, como Casa Verde, Cotada e Conservas Mello, cujos processos já foram digitalizados, o conteúdo também foi resumido em planilhas no Excel para facilitar pesquisas, ressaltando o nome da empresa, o nome do reclamante, o número do processo, as datas de início e arquivamento, as demandas, o resultado, o advogado e o juiz.

A divulgação deste material é relevante e vem sendo feita pelas redes sociais do NDH, através de *posts* sobre o acervo e sobre os resultados obtidos com os estudos. A partir da observação dos processos pode-se destacar a grande demanda de empresas conserveiras da região, sendo possível compreender o cotidiano e a economia da cidade durante a segunda metade do século XX.

4. CONCLUSÕES

As pesquisas construídas, especialmente em instituições públicas, têm servido para contribuir com a valorização do passado e a compreensão da história de determinados grupos sociais, que não costumam ser vistos pela história oficial, como trabalhadores, mulheres, negros, pessoas com deficiência, adoentados, dentre outros.

É fundamental que haja investimentos e políticas públicas para que Centros de pesquisas das áreas das Ciências Humanas e Sociais, sigam desempenhando papéis tão importante como o do NDH, na salvaguarda de diversos tipos de documentos, que contam inúmeras histórias, especialmente sobre a exclusão e a dificuldade de acessar direitos.

A conservação, preservação, digitalização e divulgação dos processos da Justiça do Trabalho de Pelotas favorece a construção de políticas de memória das trabalhadoras e trabalhadores de Pelotas, contribuindo para a história social da cidade de Pelotas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J.; ROVAI, M. (Orgs.) **Introdução à História Pública**. Belo Horizonte: Letra & Voz, 2011.

VENÂNCIO, R. Digitalização & destruição: documento de arquivo, verdade histórica e fake News. In: FRANZINI, F.; LIMA, L. (Orgs.). **Olhar o abismo: visões sobre o passado e o presente do Brasil atual**. Vitória: Editora Milfontes, 2021, p. 15-24.

KOSCHIER, P. Guia do Arquivo da Justiça do Trabalho de Pelotas. Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Professora Beatriz Loner. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 11, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2019.e67117>. Acessado em: 28 agosto de 2023.

GILL, L. e LONER, B. O Núcleo de Documentação Histórica da UFPel e seus acervos sobre questões de trabalho. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 109-123, ago. 2014. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2014v21n31p109> Acesso em 10 de setembro de 2023.

LONER, B.; GILL, L.; MAGALHÃES, M. **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Editora da UFPel, 2017. <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/3735> Acesso em 10 de setembro de 2023.